

EM BUSCA DA TERRA DOS SONHOS: LGBTQIA+ rurais e o imaginário da liberdade cosmopolita¹

Jeam Claude de Souza Gomes²

Winifred Knox³

Resumo

O presente artigo pretende investigar, a partir da analítica de gênero, as práticas de resistência de sujeitos LGBTQIA+⁴ inseridas em contextos rurais frente à heteronormatividade, violência e à LGBTfobia no estado do Rio Grande do Norte. Partimos da premissa, de que, em comunidades pequenas, o controle sobre o indivíduo é maior, e que as imagens da sociedade do espetáculo, assistidas pela grande mídia e pelas redes sociais, criaram a construção de um ideal imaginário de liberdade e vivência LGBTQIA+ em zonas urbanas /metropolitanas, o qual possibilita a expressão das (des) identidades de gênero. Acredita-se que uma das práticas de resistência se realiza por meio do processo migratório para os grandes centros urbanos. Destarte, questiona-se a respeito dessa suposta liberdade cosmopolita, tendo como hipótese que a maior liberdade legada ao espaço urbano, seja mais um componente do imaginário positivo projetado para a cidade.

Palavras-chave: LGBTQIA+. Rural. Urbano. Resistência. Identidade.

Abstract

This article aims to investigate, based on gender analytics, the resistance practices of LGBTQIA+ individuals inserted in rural contexts in the face of heteronormativity, violence, and LGBTQIA+phobia in the state of Rio Grande do Norte, Brazil. We start from the premise that in small communities, there is greater control over the individual and that the images of the spectacle society, consumed through mainstream media and social networks, have constructed an imaginary ideal of freedom and LGBTQIA+ experiences in urban/metropolitan areas, enabling the expression of (dis)gender identities. It is believed that one of the resistance practices occurs through the migratory process to major urban centers. Therefore, we question this supposed cosmopolitan freedom, hypothesizing that the greater freedom attributed to urban spaces is yet another component of the positive imaginary projected onto the city.

Keywords: LGBTQIA+. Rural. Urban. Resistance. Identity

¹ O presente trabalho está sendo realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

² Doutorando em Estudos Urbanos e Regionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), com bolsa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: jeagomes50@gmail.com

³ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora Adjunta do Departamento de Políticas Públicas e do Programa de Estudos Urbanos e Regionais, ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: wiifred.knox@ufrn.br

⁴ A sigla "LGBTQIA+" simboliza o movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, Queer, Intersexual, Assexual e o + a inclusão de outras orientações sexuais.

1 INTRODUÇÃO

Estudos revelam que, em meados do século XX, era perceptível uma maior concentração de homossexuais em espaços urbanos, o que expressa uma prática histórica em que a proteção/segurança dos homossexuais passou a ser uma bandeira dos movimentos sexuais e libertários (CASTELLS, 2006). Dessa forma, "a migração para a metrópole seria uma obrigação e emancipação para homossexuais. No entanto, durante os anos 2000, percebe-se uma interiorização de manifestações de sociabilidades homossexuais para além das grandes metrópoles brasileiras" (TEIXEIRA, 2015).

Assim, é evidente que existe a perspectiva de que a zona urbana se caracteriza como um espaço possível para a vivência de pessoas LGBTQIA+. Desde "a metáfora espacial de 'sair do armário' (ao revelar a homossexualidade), passando por uma provável expulsão do lar pela família, até a migração para outra cidade, o deslocamento está presente nas narrativas de vida dos homossexuais" (TEIXEIRA, 2015, p.35). Eribon (2008) enfatiza que "a cidade sempre foi o refúgio dos homossexuais" (p. 31), ocasionando o que Martins e Rosa (2013) denominam de "diáspora gay", situação em que essa população busca nas áreas urbanas uma hipotética liberdade para expressão das identidades de gênero.

As ideias defendidas por esses autores demonstram experiências de sexualidade e expressão de gênero dissidentes, tendo uma profunda ligação com a cidade grande, onde está é representada como "um mundo de estranhos" que "permite preservar o anonimato e, portanto, a liberdade, no lugar das pressões sufocantes das redes de conhecimento mútuo que caracterizam a vida nas cidades pequenas" (ERIBON, 2008, p. 34).

Ao analisar pesquisas e notícias sobre a LGBTfobia no Brasil, percebe-se que tanto o campo quanto a cidade apresentam realidades obscuras para a população LGBTQIA+, conquanto os dados sobre o cenário rural são bem escassos, tornando um desafio a ser enfrentado ao longo da pesquisa de doutoramento. Segundo dados presentes no dossiê do observatório do grupo gay da Bahia, em 2022, 256 LGBTQIA+ tiveram suas vidas ceifadas no Brasil. O estudo mostra que desse total 242 foram homicídios (representando 94,5% do total) e 14 foram suicídios (representando 5,4%). Os dados registrados reafirmam que "o Brasil continua sendo o país onde mais LGBTQIA+ são assassinados no mundo: uma morte a cada 34 horas" (GRUPO GAY DA BAHIA, 2022).

Na zona rural, em 2022, Com relação aos dados, sobre a realidade rural, não foram localizados relatórios específicos, todavia o levantamento de notícias e nos relatórios da pastoral da terra de 2020 a 2022, revelam que na zona rural, em 19 de agosto de 2019,

ocorreu um trágico incidente em que Aline da Silva, uma ativista trans filiada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foi brutalmente assassinada por dois desconhecidos durante uma festa na cidade de Arcoverde, em Pernambuco. Em 5 de junho de 2020, Safra Nunes, também uma mulher trans militante do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), foi vítima de uma agressão transfóbica na cidade de Cedro, também em Pernambuco. Além disso, no início deste ano, mais precisamente em 26 de janeiro de 2021, no município de Pau D'Arco, no Estado do Pará, ocorreu o cruel assassinato de Fernando dos Santos Araújo, um homem gay associado ao MST (CEDOC Dom Tomás Balduino – CPT, 2020).

Ainda no ano de 2019, segundo informações do portal Marco Zero o estado de Pernambuco registrou o assassinato de Sandro, um homem gay que era professor do curso de Agroecologia na ONG Serviço de Tecnologia Alternativa (SERTA), ele atuava na defesa da agricultura familiar e dos direitos LGBTQIA+.

Em 03 de maio de 2021, o portal jornalístico UOL, estampava em sua manchete principal a morte de um “ativista LGBT ligado ao PT é achado carbonizado; polícia apura homofobia” (Uol, 2021). A matéria em destaque tratava-se do assassinato de Lindolfo Kosmaski, de 25 anos, LGBTQIA+ rural que atuava no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e no Partido dos Trabalhadores (PT), residente do estado do Pará. Em 2022, o portal Brasil de Fato noticiou a morte de um homem gay conhecido pelos assentados como Suzy, militante ativa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na Paraíba. Em nota, o MST informou que ele participava ativamente das atividades do movimento e tinha o sonho de se tornar um assentado da reforma agrária. O movimento informou ainda que ele cultivava diversos produtos em sua terra (Brasil de fato, 2022).

Assim, partimos da hipótese que um dos fatores que contribuem para o imaginário da liberdade para os LGBTQIA+ rural no contexto da cidade é a construção social do campo como um território de medo, onde "o medo se territorializa no indivíduo, estabelecendo atitudes que possibilitam a diminuição da sensação de segurança, como evitar transitar e permanecer em determinados locais" (Moura et al., 2020, p. 03). No entanto, essa situação também é fatídica para os centros urbanos, onde o medo se territorializa no próprio espaço urbano, em praças, ruas e lugares normalmente considerados perigosos (Moura et al., 2020, p. 03).

Portanto, percebe-se que um dos fatores que contribui para o imaginário da liberdade para os LGBTQIA+ rurais no contexto da cidade é a legitimação do campo como um território de medo, onde "o medo se territorializa no indivíduo, estabelecendo atitudes que possibilitam a diminuição da sensação de segurança, como evitar transitar e permanecer em determinados

locais" (MOURA et al., 2020, p. 03). No entanto, essa situação também é fatídica para os centros urbanos, onde o medo se territorializa no próprio espaço urbano, em praças, ruas escuras e lugares normalmente considerados perigosos (MOURA et al., 2020, p. 03).

Logo, esses fatores impactam diretamente nas práticas socioespaciais da comunidade LGBTQIA+, que são alteradas, principalmente no ato de evitar o uso de espaços e locais urbanos, onde eles se configuram como "territórios do medo". Dessa forma, o medo se legitima como uma multiterritorialidade que varia no tempo e no espaço.

Essa situação vai de encontro ao imaginário de liberdade e refúgio cosmopolita, onde Moura et al. (2020, p.03) afirmam que "os discursos que compõem o espaço urbano e de determinados grupos limitam a mobilidade dos gestos e dos afetos da população LGBTQIA+, restringindo o acesso a certos espaços devido ao medo e à materialização da violência. Assim, em situações de perigo e exposição à LGBTfobia, esses indivíduos retornam ao 'armário' como medida de proteção, indo de encontro ao imaginário de liberdade cosmopolita".

Portanto, esta proposta faz parte do projeto de doutorado no PPEUR/UFRN, compreendendo o período de 2018 a 2022, no qual o discurso de ódio contra LGBTQIA+ passou a ser adotado por importantes políticos, como o ex-presidente da República brasileira. Dessa forma, o presente artigo pretende investigar, a partir da análise de gênero, as práticas de resistência das LGBTQIA+ inseridas em contextos rurais frente à heteronormatividade, à violência e à LGBTfobia no estado do Rio Grande do Norte. Partimos do pressuposto de que, em comunidades pequenas, o controle sobre o indivíduo é maior e que as imagens da sociedade do espetáculo transmitidas pela grande mídia e pelas redes sociais contribuem para a construção de um ideal imaginário de liberdade e vivência LGBTQIA+ em zonas urbanas/metropolitanas, permitindo a expressão das (des) identidades de gênero.

Esta proposta faz parte do projeto de doutoramento no PPEUR/UFRN, compreendendo o período de 2018 a 2022, período em que o discurso de ódio contra a população LGBTQIA+ passou para narrativas de políticos importantes, como o ex-presidente da república brasileira. Para o alcance do objetivo pretende-se, além da discussão teórica com o debate entre os pares, através de uma pesquisa bibliográfica, o levantamento de dados em observatórios acadêmicos e organizações da sociedade civil, sobre a violência urbana e rural com fundo LGBTQIA+fobia, comparando e analisando a proporção demográfica, para nossa hipótese central. Seguido de aplicação de entrevistas semiestruturadas com cinco LGBTQIA+ que residem em área rural do RN e procedendo análise de narrativas desses sujeitos. Onde apresentaremos aqui resultados e conclusões parciais do nosso estudo central.

2 DESENVOLVIMENTO

Em todo o processo histórico brasileiro a população LGBTQIA+ vem sofrendo com violações de direitos básicos, que são negados aos mesmos, esse quadro se agrava quando falamos da realidade vivida nas cidades do interior, onde o conservadorismo impera. Claro que para além de tudo isso, o/a jovem tem a ilusão de que nas grandes cidades terão oportunidades de emprego e serão “aceitos”, “respeitados” por suas escolhas. Para Anne-Marie Fortier (2003), há relação entre “sair do armário” e “diáspora”, pois ambos os termos sugerem uma partida de retorno improvável para o local de origem: sair do armário seria a perda de uma suposta origem ubíqua (a heterossexualidade) enquanto a diáspora seria a perda da terra de nascença. O que sabemos que, na prática, não acontece. Ou seja, o preconceito e a homofobia está presente tanto no campo como na cidade.

Segundo pesquisa da organização de mídia Gênero e Número, com o apoio da Fundação Ford (2021), 51% das pessoas LGBTQIA+ relataram ter sofrido algum tipo de violência motivada pela sua orientação sexual ou identidade de gênero. Destas, 94% sofreram violência verbal, em 2021, houve no Brasil, pelo menos 316 mortes violentas de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e pessoas intersexo (LGBTI+). Esse número representa um aumento de 33,3% em relação ao ano anterior, quando foram 237 mortes. Os dados constam do Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTQIA+ no Brasil. As regiões Nordeste e Sudeste tiveram 116 e 103 mortes violentas, respectivamente. As demais regiões ficaram em torno de 30 mortes cada uma: 36 no Centro-Oeste, 32 no Norte e 28 no Sul. Esses dados estão atrelados à última eleição presidencial do Brasil, em 2018.

Os crimes de estupro contra a população LGBTQIA+ cresceram 88,4% entre os anos de 2020 e 2021, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2022), documento elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Em números absolutos, o registro dos estupros passou de 95 notificações em 2020 para 179 no ano passado. O número real de casos, no entanto, deve ser ainda maior porque foram computadas apenas as informações fornecidas pelas secretarias de Segurança Pública estaduais e pelas polícias.

O balanço, por exemplo, não computa dados de estados como São Paulo, Bahia, Maranhão, Minas Gerais e Rio de Janeiro, que não forneceram ou não dispõem de informações detalhadas sobre o tema. Além disso, há que se considerar também a subnotificação dos casos já que muitas pessoas não registram a violência das quais foram vítimas. Na contramão dos dados nacionais que revelaram queda no número de mortes intencionais, os assassinatos de pessoas LGBTQIA+ registraram crescimento de 7,2% no ano passado. Em 2020, o balanço computou 167 homicídios dolosos [intencionais] contra essa população. Em 2021, foram computadas 179 mortes. O número deve ser ainda maior já que diversos estados deixaram

de divulgar essas informações.

Outro crime que também apresentou alta estatística foi a lesão corporal dolosa contra as pessoas LGBTQIA+, que passou de 1.271 notificações para 1.719, um crescimento de 35,2%, onde 13% das ocorrências as pessoas sofreram também violência física. Essa pesquisa se justifica pela necessidade de expansão de estudos de sexualidade e gênero sobre populações LGBTQIA+ rurais, trazendo as subjetividades destes indivíduos seus anseios e desejos frente ao preconceito e discriminação.

O estudo é importante para compreender as dicotomias do campo e cidade frente às questões de gênero. Além de romper com a visão dualista atrasada entre campo e cidade que gerou uma clima de oposição que foi propagado e se instalou no imaginário dos povos criando “certa “rivalidade” entre tais categorias, de um lado a cidade, no qual os cidadãos visualizaram o campo como o espaço do atraso, lentidão, inferioridade e muitas obras terminaram por contribuir para estigmatizar esse ideário” (FERREIRA, 2018, p.01). Os estudos de Teixeira (2015, p.31) elucidam que:

a dicotomia urbano/rural está presente na formação identitária dos homossexuais no Brasil, afetando os movimentos migratórios nacionais, conforme indicado por Richard Parker: a cidade é construída no imaginário gay brasileiro como lócus de modernidade, movimento, liberdade sexual, aceitação, oferta de corpos e de produtos da moda. Isto em contraposição com o rural: considerado parado, atrasado, opressivo, tedioso. Essa construção seria uma bricolagem constituída de diversos fragmentos.

Sendo assim, é importante romper com paradigmas e estigmas que rotulam o rural como “atrasado”, afastado da tecnologia, da comunicação e do ambiente urbano. Desconstruindo a imagem de “homens, mulheres e crianças camponesas passivos, omissos, cabendo, muitas vezes, em uma única página, peças de um jogo discursivo que exclui outros modos de vida, outros encontros, outros afetos”, (ROGERS, 2006). A partir desta reflexão o presente estudo tem por objetivo analisar as questões de gênero no rural, levando em consideração o contexto do “novo rural”.

É importante que além das cidades os espaços rurais possam ser democráticos, onde as relações sociais sejam possíveis, que as expressões de gênero sejam vividas sem a necessidade da busca pela imaginária liberdade cosmopolita e que a ideia do “ ser previsível, masculinizado que vive em função do trabalho, da família, da religião e da comunidade” (ROGERS, 2006), sejam apenas hipotética da teoria.

Na esfera acadêmica das Ciências Sociais e Humanas, o tema da sexualidade e gênero tem estado presente em muitos debates e pesquisas, processo que se intensificou principalmente em meados dos anos de 1990, onde a sexualidade se legitima enquanto objeto

de pesquisa no âmbito acadêmico brasileiro (VANCE, 1995). Destarte, os estudos sobre sexualidade, bem como os feministas tem sido importantes na compreensão da sociedade contemporânea, em especial na questão referente à expansão do conceito de cidadania (NAZARÉ, 2011).

Essas diretrizes contribuem para a construção do processo de politização da esfera pública ao colocar temas como sexualidade, reprodução, tarefas domésticas, entre outros, no centro de discussões que vão muito além das questões socioeconômicas. Essa preocupação é legítima em uma sociedade onde a sexualidade perpassa por intenso padrão heteronormativo (BUTLER, 2012). Esse padrão heteronormatizado se estende também a zona rural, que na visão de alguns autores apresenta como uma das características um grau elevado de cristalização dos valores e costumes (ERIBON, 2008), uma situação que é reproduzido e fortalecido quando pensamos a divisão sexual do trabalho como um dos pilares da agricultura familiar (WALL, 1986).

Com relação aos estudos sobre sexualidade estes só ganham impulso a partir da década de 80 quando inúmeros teóricos passam a refletir de maneira mais sistemática a questão da homossexualidade, quase sempre com um padrão masculino e urbanizado. Dentre esses autores podemos destacar Guimarães (1977), Fry (1982), MacRae (1983), Parker (1986), Perlongher (1987), Mott (1987), que foram abrindo fronteiras de estudo sobre as "homossexualidades". Nos estudos rurais, alguns autores já se referiram às dimensões específicas da sexualidade no universo rural estudado, mas esse tema não foi a questão central de suas pesquisas.

Destarte, o primeiro ponto relativo ao problema de pesquisa visa abordar o apagamento e a ausência de trabalhos acadêmicos sobre temáticas relacionadas a sujeitos LGBT rurais no Brasil e em outras partes do mundo. Contrapondo-se ao pensamento de que o campo científico está engessado no modelo do "homem" camponês, onde os próprios sujeitos rurais se mobilizam e refletem sobre as sexualidades e os sexos que veem como dissidentes.

Outro ponto seria relativo ao cenário desalentador para comunidade LGBTQIA+ brasileira onde segundo levantamento da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), cerca de 20 milhões de brasileiras e brasileiros (10% da população), se identificam como pessoas LGBTQIA+, de acordo com Cerca de 92,5% dessas pessoas relataram o aumento da violência contra a população LGBTQIA+, segundo pesquisa da organização de mídia Gênero e Número, com o apoio da Fundação Ford. A pesquisa revela ainda que, em comparação com os Estados Unidos, por exemplo, as trans brasileiras correm um risco 12 vezes maior de sofrer morte violenta do que as

estadunidenses. Esse é apenas um dos levantamentos que apontam o Brasil como o país que mais mata pessoas trans.

O Relatório Mundial da Transgender Europe mostra que, de 325 assassinatos de transgêneros registrados em 71 países nos anos de 2016 e 2017, um total de 52% – ou 171 casos – ocorreram no Brasil. Estudo divulgado no Dia Internacional do Orgulho deste ano revelou que 26,9% dos estados brasileiros não mencionam as comunidades LGBTQIA+ em seus Planos Plurianuais (PPAs). O documento previsto na Constituição Federal, de acordo com o Ministério da Economia, define as diretrizes, os objetivos e as metas da administração pública com vigência de quatro anos, norteando a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA). Não ter menção das comunidades LGBTQIA+ nos PPAs (Plano Plurianua) pode implicar na falta de políticas públicas direcionadas a estas comunidades durante o período de vigência.

O lema do mencionado relatório emitido pela *Transgender Europe* é de que os assassinatos motivados por LGBTfobia são apenas a “ponta do iceberg”. Com base nos dados obtidos pelas denúncias recebidas por meio do Disque 100, iniciativa do Ministério dos Direitos Humanos, em 2017, identificou-se que a maior parte das denúncias das pessoas LGBTQIA+ diz respeito à violência psicológica. Essa categoria inclui atos de ameaça, humilhação e bullying.

A pesquisa ainda aponta que a LGBTfobia é a terceira maior causa para bullying. Além disso, a Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil de 2016 apontou que 73% dos estudantes LGBTQIA+ já relataram terem sido agredidos verbalmente e outros 36% fisicamente. A intolerância sobre a sexualidade levou 58,9% das/os alunas/os que sofrem agressão verbal constantemente a faltar às aulas pelo menos uma vez ao mês.

Em segundo lugar nas denúncias de LGBTQIA+ ao Disque 100 estão os crimes de discriminação – por conta do gênero e/ou sexualidade de um indivíduo em diversas esferas, como na da saúde e do trabalho. Já em terceiro lugar está a violência física – que inclui desde a lesão corporal até o homicídio. Estima-se que jovens rejeitados por sua família por serem LGBTQIA+ têm 8,4 vezes mais chances de tentarem suicídio. Essa estatística se traduz em outra: dentre adolescentes, lésbicas, gays e bissexuais têm até cinco vezes mais chances de tirarem a própria vida do que as/os heterossexuais. A partir desses indicadores, muitos não deixam claro a situação das zonas rurais brasileiras, que tem os casos de violência e LGBTfobia subnotificados.

Por fim, outra questão atrelada a problemática de nossa pesquisa seria o pensamento de que muitos LGBTQIA+ rurais, vão em busca do que Eribon (2008, p.32) chama de

“mitologia” da cidade e da capital na cultura gay, ou seja, a construção da fantasia do imaginário coletivo da homossexualidade e do “mundo gay” das grandes cidades.

2.1 Referencial Teórico

Procura-se nesta pesquisa compreender o gênero como resultado de práticas culturais e processos de subjetivação, decorrentes de rígidas normas sociais que se repetem no público e no privado, e que assumem formas autênticas, naturais, dualistas e hierárquicas, produzem certo tipo de violência corporal. Além de perceber, construir, criar, recriar e, por fim, subverter essas relações de poder (BUTLER, 2003).

Destarte, a fantasia e possibilidade de libertação do “armário”, de um corpo assumidamente LGBTQIA+ que transcende as normatividades das identidades de gênero, expressivamente em lugares normalizadores, como os assentamentos rurais, cidades pequenas e zonas não urbanas, recolocam os espaços dos movimentos LGBTQIA+.

Pois, como bem afirma Foucault (2004b), esses movimentos, tradicionalmente marcados pela luta cívica e política, teriam o poder de extrapolar suas necessidades para uma estética, uma arte que possibilita que gays e lésbicas usufruam de sua sexualidade como autocriação de novas formas de relacionamento e amor, ou seja, criar uma cultura gay que retirasse a sexualidade do segredo e libertando a criatividade que existe nele.

Desde o início dos anos sessenta, produziu-se um verdadeiro processo de liberação [sexual]. Este processo foi muito benéfico no que diz respeito às mentalidades, ainda que a situação não esteja definitivamente estabilizada. Nós devemos ainda dar um passo adiante, penso eu. Eu acredito que um dos fatores de estabilização será a criação de novas formas de vida, de relações, de amizades nas sociedades, a arte, a cultura de novas formas que se instaurassem por meio de nossas escolhas sexuais, éticas e políticas. Devemos não somente nos defender, mas também nos afirmar, e nos afirmar não somente enquanto identidades, mas enquanto força criativa (FOUCAULT, 2004b, p. 265).

Portanto, ao refletimos a homossexualidade em áreas rurais ou não urbanas, nos referimos ao conceito de gênero, categoria que vem sendo proposta que, nas palavras de Butler (2003), vai além da simples organização em torno da anatomia sexual para torná-la mais apropriada ligados aos efeitos dos atos de fala disponíveis que foram modificados historicamente, produzindo diferenças na relação entre o psicológico e o social.

Quando pensamos na resistência ao poder, a normatividade e a LGBTfobia no meio rural, observamos que esses padrões subversivos e as normas subjetivas ditadas pelas políticas normativas inspiram impulsos afirmativos e demandam outras sensibilidades (ROSA,

2009). O sujeito busca estabelecer uma área no plano, acrescentar uma área a uma já existente, explorar uma nova área, preencher uma lacuna (DELEUZE, 1996, p. 234). São essas aspirações que buscamos por meio da pesquisa cartográfica.

É notório que exista uma relação entre a possibilidade da vivência LGBTQIA+ e região urbana. Eribon (2008, p.31), enfatiza que “a cidade sempre foi o refúgio dos homossexuais”. Os estudos de Parker (2002, p. 251-252), elucidam que:

para os homens que foram criados no interior, em áreas rurais ou pequenas cidades, a nova abertura, o anonimato e a tolerância de capitais estaduais ou regionais como Fortaleza podem representar um enorme alívio. Para homens que cresceram nessas cidades, contudo, o peso da vigilância familiar, a pressão social da vizinhança e assim por diante podem ser excessivos, e fugir para cidades grandes como o Rio de Janeiro ou São Paulo passa a ser uma alternativa (PARKER, 2002, p. 251-252).

Destarte, percebe-se que existe uma relação entre a não-heterossexualidade e o ambiente urbano, sendo uma problemática ao meio rural. Didier Eribon (2008, p.31-33) ao constatar que as cidades sempre fora refúgio para os LGBTQIA+ ele afirma que “hoje ainda, é permanente a migração dos gays e das lésbicas para as cidades grandes ou as capitais” homossexualidade tem ligação com a cidade”, onde Vieira (2011, p.50) enfatiza que “um dos elementos centrais da construção das subjetividades lésbicas e gays está relacionado com a atratividade dos espaços urbanos centrais, em especial as metrópoles”. Segundo Teixeira (2015, p.27):

a cidade, mesmo com o anonimato oferecido pelas massas urbanas, contraditoriamente pavimentaria o caminho para a formação identitária “homossexual” e “lésbica”, porque no urbano os corpos identificados (ou estigmatizados) com essas subjetividades se tornaram legíveis, para si e para os outros, reconhecendo-se, agrupando-se ou repelindo-se. Ou seja: migração trouxe a oportunidade e/ou a necessidade de corpos se libertarem da vigilância do meio rural; o capitalismo forneceu os meios necessários para estes corpos se libertarem da dependência econômica familiar, dando-lhes certa autoridade sobre seus próprios corpos; a urbanização produziu espaços que por sua vez forneceram oportunidades de encontros sexuais e reconhecimento, além de proporcionar o anonimato que não só protegia como tornava legível a preferência sexual.

Todavia não se deve pensar que não existe afetividade e relações entre LGBTQIA+ residentes em zonas rurais, uma vez que Rogers (2006) em sua pesquisa etnográfica constatou que a prática de relações homossexuais masculinas em um pequeno povoado rural no interior do Ceará. Nessa mesma linha de pensamento Teixeira (2015, p.32) afirma que “com o advento da Internet, das salas de bate-papo online, das redes sociais e dos aplicativos de geolocalização gays, a sociabilidade homossexual em pequenas cidades (e mesmo no meio rural) seria reconfigurada, desestabilizando polaridades como centro e periferia, urbano

e rural” mostrando exatamente que em meados dos anos 2000 ocorre a interiorização das manifestações da sociedade homossexual fora das grandes metrópoles do Brasil.

Apesar disto, as zonas urbanas ainda são atrativas para muitas pessoas LGBTQIA+ coadunando com o que Eribon (2008, p. 32) chama de “mitologia” da cidade e da capital na cultura gay, ou seja, um imaginário coletivo da homossexualidade no que diz respeito à existência de um “mundo gay” nas grandes cidades. Por que as metrópoles possibilitam o estabelecimento de um “mundo gay”? A partir desse contexto é importante destacar dois conceitos que são relevantes ao nosso estudo, principalmente quando se busca analisar a migração de LGBTQIA+ das zonas rurais para os centros urbanos. O primeiro deles seria a região moral de Park (1976) e o anonimato relativo de Velho; Machado (1977). Em cidades pequenas não urbanizadas, embora que os sujeitos desempenham papéis diferentes, estes são reconhecidos pelo seu grupo social onde “a rotina da cidade do interior consiste exatamente nisso”. As expectativas são cumpridas cotidianamente” (VELHO e MACHADO, 1977, p. 80).

Portanto, manter um relacionamento com alguém do mesmo sexo de forma anônima em cidades pequenas é bem improvável porque a vigilância social é forte, em comparação às grandes cidades onde é possível manter esse anonimato característico da grande metrópole possibilidade de desempenhar papéis diferentes em meios sociais distintos, não coincidentes e, até certo ponto, estaques. Isto é o que seria o anonimato relativo” (VELHO e MACHADO, 1977).

Entretanto, esse anonimato não é absoluto uma vez que a própria mobilidade que favorece o deslocamento de um indivíduo entre diversos meios sociais dificulta a existência de áreas que sejam exclusivas (VELHO e MACHADO, 1977, p. 80). Destarte, a liberdade que os grandes centros urbanos proporcionam a população LGBTQIA+ permite com que os que vivem no “armário” onde “a grande cidade se torna um refúgio, principalmente para aqueles que em algum momento divergem do comportamento padrão: sendo menos vigiados são igualmente menos punidos” (LANZARINI, 2013, p. 71).

Mas, embora a cidade grande proporcione um relativo anonimato, ela permite a construção de redes afetivas onde pessoas com interesses, gostos e desejos semelhantes interajam umas com as outras como destaca Eribon (2008, p.34) “um homossexual que decide ir viver numa cidade grande agrega-se àqueles que seguiram esse percurso antes dele e faz existir um mundo que o atrai e com o qual ele, com frequência, sonhou muito tempo antes de poder a ele ter acesso”.

Assim, é importante destacar que nem todos os sujeitos rurais embarcam em uma “diáspora” em direção ao mundo urbano; muitos vivem no meio rural, adotando novas formas de convivência e sobrevivência, com diferentes aspectos do metropolitano, formulando sua

própria resistência diante da heteronormatividade. Magalhães (2017) leciona que o vivenciar de uma sexualidade ou de uma expressão de gênero dissidente no meio rural deve ser entendido como um evento de dimensões e alcances distintos do praticado no meio urbano.

2.2 Em busca da terra dos sonhos: assentados rurais LGBTQIA+ e o imaginário da liberdade cosmopolita

A seguir, apresentamos um recorte preliminar das entrevistas realizadas com cinco indivíduos LGBTQIA+ que residem em áreas rurais do Rio Grande do Norte, público alvo de nossa pesquisa. A seleção dos participantes foi feita com a auxílio de um líder do movimento LGBTQIA+ potiguar, que nos forneceu uma lista contendo sete nomes e endereços de e-mail. Em seguida, enviamos formulários eletrônicos aos sete indicados, recebendo respostas de apenas cinco deles. O objetivo dessa etapa foi compreender o processo de resistência desses sujeitos em face do preconceito, discriminação e violência LGBTQIA+fóbica nas áreas rurais do estado. Buscamos também investigar se há, de fato, um fenômeno de fuga ou migração desses indivíduos e se o movimento LGBTQIA+ tem se fortalecido nesses territórios.

É importante ressaltar que estas são, exclusivamente, premissas iniciais de nossa pesquisa, as quais demandam uma extensa mensuração e investigação antes de serem generalizadas para uma audiência mais ampla. A aplicação dos formulários ocorreu entre o período que abrange os meses de março a maio, durante o qual o instrumento de coleta ficou acessível para o registro de respostas. O instrumento de pesquisa adotado compreende um conjunto de dez perguntas abertas, as quais visam compreender as táticas de resistência aceitas pelos sujeitos, bem como as dificuldades enfrentadas por eles, o processo de autodescoberta e revelação de sua identidade sexual, o impacto do ativismo LGBTQIA+ no combate por direitos e inclusão no contexto rural, e, por último, como dinâmicas sócioterritoriais protegidas.

Com o objetivo de assegurar a preservação do anonimato dos participantes, para a exposição da análise das respostas, abstinemo-nos de solicitar informações de cunho pessoal, como nomes próprios ou sociais. Em substituição, cada participante selecionou uma das sete cores da bandeira do movimento LGBTQIA+ como meio de identificação. A seguir, é apresentado o Quadro 01, que ilustra o perfil dos participantes envolvidos neste estudo.

Quadro 01- Perfil geral das (os) LGBTQIA+ participantes do estudo

--

PARTICIPANTES	GÊNERO	LETRA DA SIGLA LGBTQIA+ QUE SE IDENTIFICA	IDADE	MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA	PROFISSÃO/OCUPAÇÃO
Rosa		G	24	Zona rural do município de João Câmara	Estudante de Enfermagem
Verde		L	30	Zona rural do município de São José do Mipibu	Professora de Educação infantil
Violeta		+	18	Zona rural do município de Macaíba	Estudante de Turismo
Laranja		L	27	Zona rural do município de São Gonçalo do Amarante	Agricultora familiar
Amarelo		Q	22	Zona rural do município de Ceará - Mirim	Estudante do ensino médio

Fonte: elaborado pelo autor com base nas informações registradas no formulário eletrônico dos respondentes, 2023.

Processo de aceitação

A primeira categoria foi relacionada ao processo de aceitação dos respondentes ou saída do armário. Em todos os relatos, percebemos que esse foi um processo angustiante, uma vez que os participantes relataram que foram criados em um ambiente familiar, cristão e conservador. Segundo relato do participante Rosa (2023) seus pais alimentavam expectativas de que ele ingressasse nas forças armadas e estabelecesse residência na área urbana, junto com sua futura esposa e filhos. A participante Verde (2023), destacou que durante sua trajetória frequentemente ouvia piadas do tipo: "você está muito velha para estar solteira" ou "essa garota nunca arrumou um namorado", além de comentários do tipo "há algo estranho aí, vou te apresentar meu amigo"(Verde, 2023).

Sobre o processo de revelação da orientação sexual, o estudo de Nascimento e Scorsolini-Comin (2018, p. 1535) nos oferece perspectivas elucidativas, onde segundo eles:

tem-se que o lar desses jovens acaba por ser o cenário de grandes conflitos, principalmente logo após a revelação da orientação sexual. Há uma tentativa da família em trazer o (a) jovem para a norma sexual hegemônica, o que traz mais sofrimento para todos os envolvidos. Um modo como os pais tentam

resolver essa questão da revelação é por meio das violências física e psicológicas, o que pode colaborar para que a revelação seja adiada ou ocultada, dependendo do caso.

Ademais, desde o nascimento dos filhos, os pais costumam adotar padrões ao gênero da criança, moldando a educação dentro de um sistema heteronormativo, assim, no decorrer de suas vidas, ao aflorar da sexualidade, esses indivíduos se deparam com desafios ao se afastarem da norma estabelecida pelos pais e sofrem com a violência psicológica do medo.

Ainda sobre o chamado processo de libertação ou saída do "armário", que segundo Sedgwick (2007), essa estrutura física seria um elemento metafórico para representar a opressão gay do século XX. Para muitas LGBTQIA+, é um momento frustrante e decisivo, sendo considerado uma "espada de dois gumes", pois o apoio da família pode ser total, parcial, inexistente, ou até mesmo frontalmente repressivo, desta maneira:

a homossexualidade, quando revelada à família, pode vir a ser um problema nas relações. Para os jovens que decidem pelo coming out (sair do armário), a frustração pode ser grande diante do impacto causado aos familiares, que, em muitos casos, não conseguem tornar o ambiente acolhedor, do modo que é esperado por esta instituição. Comumente, os familiares exteriorizam agressões, ameaças e outros muitos tipos de violências que evidenciam a intolerância, frustração e medo por se depararem com a existência de um (a) filho (a) homossexual (Nascimento; Scorsolini-Comin, 2018, p.1529)

Assim, o núcleo familiar revela-se como um espaço ambivalente para a comunidade LGBTQIA+, podendo ser tanto um refúgio acolhedor quanto um ambiente permeado por hostilidade e insegurança. Contudo, para aqueles que residem em áreas rurais, tais desafios se tornam ainda mais acentuados. Assim, ao contrário das grandes cidades, onde os indivíduos LGBTQIA+ costumam buscar apoio em instituições, ONGs e redes de amigos, os residentes rurais enfrentam não apenas a falta de aceitação familiar, mas também a solidão, o julgamento de suas comunidades locais e a falta de apoio social, emocional e financeiro. Diante deste cenário, muitas pessoas optam por manter o silêncio sobre suas identidades e optam por retornar ao "armário".

Influência conservadora

Em todos os relatos de nossos respondentes, destaca-se a influência conservadora das igrejas nas relações sociais rural, exercendo um papel negativo e punitivo no processo de aceitação e libertação das diversidades LGBTQIA+. Ao ser indagado sobre a vivência de ser LGBTQIA+ no contexto rural, Rosa (2023) relata que é um desafio e que a falta de

recepção e visibilidade se configura como um dos principais obstáculos que enfrenta, especialmente por parte de seus familiares.

Deste modo, falas como esta, ressaltam que ideário do núcleo familiar heteronormativo, presente nos discursos dos residentes mais idosos das áreas rurais, provoca uma reflexão sobre como, por um longo período, a Igreja Católica exerceu e continua exercendo influência nos aspectos relacionados à construção das identidades sexuais no contexto do campo. Essa influência ortodoxa remonta ao período colonial, conforme discutido por Del Priore (2005) em sua obra, onde destaca-se como a igreja, ao se apropriar a representação do pensamento patriarcal característico do contexto colonial, influenciou e explorou as relações de dominação presentes nos encontros entre as sexualidades.

Portanto, apesar das mudanças nas relações e padrões sociais, a igreja ainda continua a cumprir um papel chave na perpetuação da cultura patriarcal e conservadora, tanto nas áreas urbanas quanto rurais, embora sua regulação e influência sejam mais pronunciadas em comunidades de menor porte. Sobre sua participação em igrejas e ligações religiosas, o respondente Rosa (2023) relata ter frequentado uma igreja católica com seus pais durante a infância e adolescência, porém, sempre percebeu que se diferenciava do ideal normativo acalentado por seus progenitores e que os sonhos que eles tinham para com ele seriam frustrados, uma vez que ele não se encaixava nessa normativa familiar.

Desafios para a LGBTQIA+ rural

Nesse contexto, um dos desafios enfrentados pela comunidade LGBTQIA+ no meio rural reside no controle e na interação social nas relações de sociabilidade em que estão inseridos. Conforme ressaltado por Wanderley (2007, p. 24), esse ambiente apresenta particularidades específicas que são intrínsecas às comunidades rurais dominadas pela agricultura familiar, a saber:

- 1) sociedades do interconhecimento, ou seja, todos (as) se conhecem e as relações sociais são bastante densas; 2) têm uma tradição passada de geração a geração, pois a preocupação com as gerações futuras não se limita aos bens materiais, mas também aos bens culturais. Desta forma, o (a) jovem do campo está circunscrito (a) por uma teia de densas relações entre a casa (família) e a vizinhança (comunidade), localizado (a) entre o passado e o presente das tradições familiares. É um (a) jovem “multifacetário (a) que pode ser portador, ao mesmo tempo e paradoxalmente, de um ideal de ruptura e de continuidade do mundo rural”.

Portanto, a comunicação interpessoal ocorre de forma ampla, permitindo que os assuntos cotidianos da comunidade cheguem a um público mais amplo. Essa dinâmica resulta em um controle social que reprime e ridiculariza qualquer indivíduo que se desvie das normas conservadoras e patriarcais dessas localidades. Em contraste com o ambiente urbano, onde a expressão da liberdade é mais prevalente, o espaço rural restringe aqueles que lutam pela busca de sua identidade de gênero ou orientação sexual, uma vez que as relações sociais no campo são mais intensas entre todos os membros da comunidade (Gomes *et al.*, 2017, p. 06).

O participante Violeta (2023), ao descrever as dificuldades em vivenciar sua identidade, revela que muitas vezes recebe zombarias e críticas quanto à sua forma de se vestir e se portar. Em suas palavras, revela que “nunca discuti o assunto com minha família, mas devido à mentalidade retrógrada de meus pais, acredito que eles me expulsariam de casa e jamais me aceitariam como sou...., entretanto, no fundo, sei que eles têm conhecimento da minha verdadeira identidade, apenas optam por não a aceitar e silenciar”.

Os relatos mostram as estruturas de opressão e trazem a necessidade urgente de novas mentalidades que incorporem novas identidades LGBTQIA+ permitindo a compreensão delas nos territórios rurais. A figura do camponês de masculinidade normativa, muitas vezes emerge como uma masculinidade tóxica, que exclui outras identidades e formas diversas de sexualidades, um elemento presente nas páginas da história brasileira. Para que o quadro mude é necessária uma mudança de pensamento, imaginário/mentalidade e ação coletiva, integrativa e de solidariedade entre organizações LGBTQIA+, movimentos sociais, peças fundamentais para a promoção da igualdade e da justiça social nas comunidades rurais.

Resistência

No que se refere ao processo de resistência, o participante Violeta (2023) ressalta a ausência de espaços inclusivos em sua comunidade, onde as pessoas se encontram fortemente vinculadas à igreja católica local e à sua paróquia. Ele lamenta: “Há poucos gays que residem aqui, e isso me faz sentir solitário em relação a essa questão”.

Destarte, percebemos a complexidade das dinâmicas de poder e normatividade presentes nas estruturas sociais rurais. As experiências compartilhadas pelos participantes revelam os desafios enfrentados por indivíduos LGBTQIA+ em contextos rurais, onde o processo de aceitação social é doloso e as normas conservadoras se fazem arraigadas no cotidiano da população.

Diante deste cenário, ao questionarmos as estruturas de poder e as normas sociais

que perpetuam a exclusão e a marginalização de indivíduos LGBTQIA+ das comunidades rurais, temos a reflexiva de que a busca por alternativas que promovam a igualdade, a justiça e a valorização da diversidade sexual e de gênero, com a implementação de políticas públicas que proponham ações que resultem em inclusão, que reconheçam as particularidades e as necessidades do movimento, que busquem a coibir de forma a penalizar ações a todos os tipos de violência a essas sujeitas, bem como a promoção e criação de espaços seguros e de sociabilidade, ações necessárias para permanência dessa população nos territórios rurais.

Como forma de resistência, essas sujeitas buscam apoio em coletivos de movimentos sociais de luta pela terra como o MST, além da interação virtual por meio de grupos de *WhatsApp* e os coletivos dos colegiados territoriais, que são núcleos de interesse público, cujo o objetivo é debater o desenvolvimento territorial, considerando as esferas social e econômica dos territórios.

Busca por territórios de sociabilidades

Avaliando os relatos foi notório que em três deles foi citado o desejo por locais seguros para exercerem a sociabilidade abertamente com os membros da comunidade, dois citaram que iriam para a cidade de Natal, com o objetivo de encontrar outras LGBTQIA+ e expressarem-se livremente, o que nos faz refletir sobre a necessidade da busca pelas redes de apoio de vivência, compartilhamento de experiências e solidariedade frente às violências. Muitas vezes esse apoio é inviabilizado na zona rural, justamente por não existirem espaços sociais que possibilitem as vivências das identidades heteronormativas, além do fato de que no rural o distanciamento físico das pessoas é a característica básica nas comunidades e assentamentos rurais. Considera-se importante a reflexão sobre o reforço necessário da criação de oportunidades de diálogo e conscientização, no sentido do encorajamento e denuncia a fim de combater o preconceito e promover uma cultura de aceitação e inclusão.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação permite inferir que a concepção amplamente difundida de que as metrópoles constituem refúgios seguros e acolhedores para a comunidade LGBTQIA+ que habita regiões rurais tem sido objeto de desmistificação, nesse contexto, movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), tem executado ações concebidas no sentido de possibilitar experiências enriquecedoras para permanência e desenvolvimentos das identidades de sujeitas LGBTQIA+, sem a necessidade da “diáspora

gay”. Contudo, é tolerante que persistem numerosos episódios de LGBTQIA+fobia nos contextos rurais, os quais, frequentemente, são subnotificados ou enquadrados como outras modalidades de crime.

Assim, a presente investigação permitiu considerar que a concepção amplamente difundida de que as metrópoles constituem refúgios seguros e acolhedores para a comunidade LGBTQIA+ ainda persiste no imaginário de liberdade dos territórios rurais, embora números de homicídios na área urbana venham desmistificar esse imaginário. Mas também é válido ressaltar que o estudo evidenciou a ausência de acompanhamento de dados e pesquisas sistemáticas sobre a violência de causa LGBTQIA+fobia no rural, sendo que este artigo se constitui como um recorte específico do escopo abrangente de nossa pesquisa de doutoramento em Estudos Urbanos e Regionais - UFRN.

Como resistência, é perceptível a importância e o apoio dos movimentos sociais do rural, esses servem de apoio e base para a comunidade LGBTQIA+ que se apoiam em suas lutas como forma de visibilidade, principalmente nos territórios que não possuem alguma organização coletiva para a comunidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, P. M. FERNANDES, S. M. S.; DUARTE, T. S. . **Território do medo para a população LGBTQIA +: Uma análise dos discursos sobre a fragmentação da cidade.**

In: CIC - XXIX Congresso de Iniciação Científica, 2020, Pelotas. Anais CIC - XXIX Congresso de Iniciação Científica. Pelotas, 2020. p. 1-1.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**; tradução de Klauss Brandini Gerhardt. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.2). São Paulo, SP: Paz e Terra, 2006.

EBRAHIM, Raíssa. **Assassinato de educador acende alerta para subnotificação de CEDOC: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – Comissão Pastoral da Terra - Conflitos no Campo Brasil 2020 - Resumo do Download.** Disponível em:

<<https://www.cptnacional.org.br/downloads/summary/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/14242-conflitos-no-campo-brasil-2020>>. Acesso em: 01 jul. 2023.

DEL PRIORE, Mary. **História do Amor no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2005.

DELEUZE, G. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia.** Rio de Janeiro: 34, 1996. v.3.

EBRAHIM, R. **Assassinato de educador acende alerta para subnotificação de crimes de ódio contra LGBTs** - Marco Zero Conteúdo. Disponível em:

<<https://marcozero.org/assassinato-de-educador-acende-alerta-para-subnotificacao-de-crimes-de-odio-contralgbts>>. Acesso em: 01 nov. 2022.

ERIBON, D. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FERREIRA, G. S. A relação campo cidade: dicotomia ou continuidade. In: **VII CONINTER**, 2018, Rio de Janeiro. Congresso Internacional, 2018.

FORTIER, Anne-Marie. "Queer Diáspora." In: **Handbook of Lesbian and Gay Studies**, 2002. SAGE Publications. [online] Disponível em http://www.sageereference.com/hdbk_lgs/Article_n12.html. Acesso em: 10 dez. 2022.

FOUCAULT, M. **Uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade**. (Entrevista de Michel Foucault a B. Gallagher e A. Wilson. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento). Verve, vol. 5, 2004b. (260-277).

FOUCAULT, M. **"Os corpos dóceis". Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 29ª ed. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004a.

FRANCO, Maria. **Sem-terra gay é assassinado em assentamento na Paraíba; MST denuncia crime de homofobia**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/07/05/sem-terra-gay-e-assassinado-em-assentamento-na-paraiba-mst-denuncia-crime-de-homofobia>>. Acesso em: 01 nov. 2022.

GOMES, J.C. S *et al.* **Colorindo o campo: a diversidade sexual no espaço rural**. Anais V ENLAÇANDO. Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/31470>>. Acesso em: 28 dez. 2022

LANZARINI, R. Jorge. **Empresário de fora, casado e versátil. Homoerotismo no anonimato das viagens**. Tese – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis. 2013. 255 p.

MAGALHÃES, Pedro Mourão De Moura. **Terra, amor e existência: sobre a atuação do coletivo LGBT do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**. Trabalho de Conclusão de Curso – Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

MARIANO, A. S.; MARRO. K.I. As LGBTI+ do Campo e a Luta Contra LGBTIfobia. **CONFLITOS NO CAMPO BRASIL**, v. 1, p. 222-230, 2021.

MOURA, P.; DUARTE, T. S. Territórios do Medo para a População LGBTQIA+: Uma Análise dos discursos sobre a Fragmentação da cidade. In: XXIX - Congresso de Iniciação Científica, 2020, Pelotas. **XXIX - Congresso de Iniciação Científica**. Pelotas: UFPel, 2020. v. 1. p. 01-04.

PARK, R. **"A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano"**. In: VELHO, O. (org.). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

PARKER, Richard Guy. **Abaixo do equador: culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2002. 380 p.

PELANDA, L. **Ativista LGBT ligado ao PT é achado carbonizado; polícia apura homofobia**. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/05/03/professor-e-ativista-lgbt-ligado-ao-pt-e-achado-morto-pc-apura-homofobia.htm>>. Acesso em: 28 jul. 2023.

ROGERS, P. **Os afectos malditos. O indizível das sexualidades camponesas.** Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

ROSA, R. M. **Corpos híbridos na docência: experiências, narrativas de si e (des) construção das masculinidades no magistério.** (Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação pelo curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina/UDESC). Orientadora: Prof^ª. Dra. Gladys Mary Ghizoni Teive. FLORIANÓPOLIS (SC). 2009.

SCORSOLINI-COMIN, F., & SANTOS, M. A. (2012). Insensatos afetos: Homossexualidade e homofobia na telenovela brasileira. **Barbarói**, 36, 50-66.

SCHMITZ, A. **Mortes violentas de LGBT+ Brasil: Observatório do Grupo Gay da Bahia, 2022.** Disponível em: <<https://cedoc.grupodignidade.org.br/2023/01/19/mortes-violentas-de-lgbt-brasil-observatorio-do-grupo-gay-da-bahia-2022/>>. Acesso em: 28 jul. 2023.

SEDGWICK, E. K (2007). A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, 17, 19-54.

TEIXEIRA, M. “‘Metronormatividades’ nativas: migrações homossexuais e espaços urbanos no Brasil”. *Áskesis*, São Carlos-SP, 4, p. 23-38, 2015.

TERRA, MS **LGBT Sem Terra: o amor faz revolução** . Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=04MnkQdV0Js>>. Acesso em: 30 jul. 2023.

VELHO, G.; MACHADO DA SILVA, L. “**Organização social no meio urbano**”. *Anuário Antropológico*, 76, p. 71-82, 1977.

VIEIRA, P. “**Mobilidades, Migrações e Orientações Sexuais. Percursos em torno das fronteiras reais e imaginárias**”. *Ex aequo*, Lisboa-PT, 24, p. 45-59, 2011.

WANDERLEY, Maria de N. **Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro.** In: CARNEIRO, Maria; CASTRO, Elisa (Orgs.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.